



O DISCURSO DO GOVERNO BRASILEIRO SOBRE AS QUEIMADAS DA AMAZÔNIA DE 2019-2022: DA BIOPOLÍTICA À NECROPOLÍTICA

THE BRAZILIAN GOVERNMENT'S SPEECH ON THE 2019-2022 AMAZON FIRES: FROM BIOPOLITICS TO NECROPOLITICS

Lucas Sanches Corrêa do Nascimento

Universidade Vila Velha-UVV/ES, Graduando em Relações Internacionais, Vila Velha-ES, luckescn9@gmail.com

Pedro Faé

Universidade Vila Velha-UVV/ES. Mestrando Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política-PPGSP/UVV, Vila Velha-ES, fae.pedro@gmail.com

Augusto Cesar Salomão Mozine

Universidade Vila Velha-UVV/ES. Doutor em Ciência Sociais pela PUC/SP. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política-PPGSP/UVV, Vila Velha-ES, august.mozine@uvv.br

Resumo

Discute a relação entre queimadas da Amazônia e política de meio ambiente, a partir das falas oficiais públicas do Governo Brasileiro, no âmbito da presidência da República, durante o triênio 2019-2022. A partir da noção de biopolítica, analisa os discursos do Presidente da república sobre a governança ambiental quanto ao combate ao aumento de focos de incêndio no território da Amazônia brasileira. Assim, parte da perspectiva foucaultiana, por meio de uma análise do discurso, para entender a biopolítica como força reguladora empenhada a governar determinada população que lhe é sujeita. Neste sentido, buscar compreender a correlação entre desastres naturais e outros eventos ambientais, como queimadas e degradação de ecossistemas, com as intencionalidades da política governamental adota para aliar preservação dos recursos naturais com crescimento econômico. Com isso, procurar entender as relações entre exercício da soberania, do poder disciplinar e estratégias de controle na condução de uma política de omissão pública em relação ao meio ambiente e criminalização de populações tradicionais em relação ao desastre climático na Amazônia. Com isso, aliado ao debate da ecologia política crítica, estende tal análise para agregar os dados sobre a relação entre gestão do meio ambiente e desmatamento da Amazônia, com o fim de distinguir uma linha de governo comprometida

com seguimentos da sociedade brasileira vinculados ao agronegócio e à mineração predatória, que têm pouco, ou nenhum, apreço à população que depende diretamente desse ecossistema, em um processo neocolonizador caracterizando o que Mbembe classifica como necropolítica.

Palavras-chave: necropolítica ambiental; Brasil; Governo Bolsonaro

Abstract

It discusses the relationship between Amazon fires and environmental policy, based on the official public statements of the Brazilian Government, within the scope of the Presidency of the Republic, during the 2019-2022 period. Based on the notion of biopolitics, it analyzes the speeches of the President of the Republic on environmental governance in terms of combating the increase in fires in the territory of the Brazilian Amazon. Thus, it departs from the Foucaultian perspective, through a discourse analysis, to understand biopolitics as a regulatory force committed to governing a certain population that is subject to it. In this sense, seek to understand the correlation between natural disasters and other environmental events, such as fires and degradation of ecosystems, with the intentions of the government policy adopted to combine preservation of natural resources with economic growth. With this, seek to understand the relationship between the exercise of sovereignty, disciplinary power and control strategies in conducting a policy of public omission in relation to the environment and criminalization of traditional populations in relation to the climate disaster in the Amazon. With that, allied to the critical political ecology debate, this analysis extends to aggregate data on the relationship between environmental management and deforestation in the Amazon, in order to distinguish a line of government committed to segments of Brazilian society linked to agribusiness and to predatory mining, which have little or no respect for the population that directly depends on this ecosystem, in a neocolonizing process characterizing what Mbembe classifies as necropolitics.

Palavras-chave: environmental necropolitics; Brazil; Bolsonaro government

INTRODUÇÃO

As consequências do progresso tecnológico e do acelerado crescimento econômico, que privilegiam a produção da riqueza como valor fundamental da sociedade capitalista nunca trataram a escassez de recursos naturais como um problema a ser resolvido, mas como um fator da lógica de consumo. Esta lógica não se preocupou com a finitude dos recursos explorados, uma realidade que não pode ser negada, ao contrário, estimulou a produção de uma política disciplinar de gestão de recursos e moderação da escassez em ciclos econômicos.

Como consequência dessa separação, Beck, Guidens e Lash (1995) apontam a auto ameaça sistêmica que a devastação da natureza, sob o sistema capitalista, que converte na força motora da história contemporânea. Assim, prima-se por um modelo de desenvolvimento compromissado apenas com os imperativos da produção e às leis do rendimento econômico, comprometendo inclusive a noção de ética praticada nesse contexto, conforme se observa o atual paradoxo entre o alto grau dos desenvolvimentos tecnológico e científico das últimas décadas alcançados graças ao sistema produtivo vigente e a crise ambiental que está pondo em perigo as bases de sustentação do próprio sistema produtivo em questão (DERANI, 1997).

Dessa forma, ao dissociar o elemento ecológico em seu modelo de vida, os valores e os imperativos construídos dentro dessa lógica de produção e acumulação de riqueza que norteiam a conduta humana desconsiderou totalmente a relação de integração e dependência do homem com a natureza, colocando ambos em risco. Além disso, esse afastamento acabou por comprometer a noção de ética e, conseqüentemente, de justiça praticada dentro da lógica do modelo vigente, sendo necessário uma correção para que se passe a levar em conta os limites biofísicos e os riscos ambientais (SACHS; SANTARIUS, 2007), levando em consideração as complexas questões que questão ambiental traz, dando lugar a uma nova concepção de justiça.

Diante disto, a partir do debate da formação da biopolítica (FOUCAULT; 2005) em termos ambientais (FREITAS; MOZINE, 2015) no contexto capitalista, para a gestão das mudanças climáticas, este ensaio busca entender a dinâmica dos processos de contenção/promoção do desmatamento, como fator agravante das mudanças climáticas no Bioma Amazônico durante os três primeiros anos do Governo Jair Bolsonaro. Aliado a isto, a partir de uma interpretação consoante a ecologia política crítica (BRYANT, 2015), apresenta uma análise de dados que cruza os dados históricos de focos de incêndio (INPE, 2022a) e desmatamento (INPE, 2022b) no referido bioma, com os discursos oficiais da presidência da república no mesmo período (BRASIL, 2022), evidenciando sua correlação e os regimes de verdade que se busca produzir para justificar a ação institucional sobre tal problema.

Com isso, aponta-se a iminência de aplicação do conceito de Necropolítica, segundo Achille Mbembe (2018), a partir da identificação de caracteres que apontam a conformação, a partir de 2019 de uma “política de morte”, a partir da instauração de um “estado de exceção” ambiental no bioma amazônico. Isto está representado, como se vê no progressivo aumento do desmatamento e na maior “eficiência” da ação, mascarada pelo discurso oficial que simultaneamente exalta a expansão do agronegócio e criminaliza as populações tradicionais frente a este processo.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA

Em 1972, quando ocorreu a Conferência de Estocolmo, na Suécia, como uma resposta internacional ao Relatório do Clube de Roma, reunindo representantes de 113 países, foram lançadas as bases da discussão para se estabelecer uma visão global e princípios comuns à preservação e melhoria do ambiente humano (DIAS, 2003). Essa discussão foi a gênese necessário a ECO-92 no Rio de Janeiro, Brasil, ocasião em que as discussões sobre a natureza das mudanças climáticas sentidas em todo o globo deixaram de se restringir a um debate regional e isolado para assumir sua natureza global, conectando as comunidades afetadas de diversos pontos do planeta (PESSIN; SGANZERLA, 2016).

Essa mudança de paradigma se deu em função de duas constatações que, ao menos dentro do meio científico, estão consolidadas: a mudança no clima é real e trata-se de uma responsabilidade de todos, ainda que os diversos países do globo sejam afetados em graus diferentes. Num tempo em que o acesso e a divulgação dos mais diversos tipos de conteúdo entre indivíduos através da internet parece lançar parcela significativa da população mundial em estado de desinformação por meio da disseminação de *fakenews*, pode-se afirmar a veracidade da mudança climática através da confrontação dos registros de temperatura média do globo por meio das tecnologias de monitoramento mais avançadas disponíveis atualmente e a assertividade quanto a previsão de eventos extremos decorrentes desse aumento (ONÇA; FELICIO, 2012).

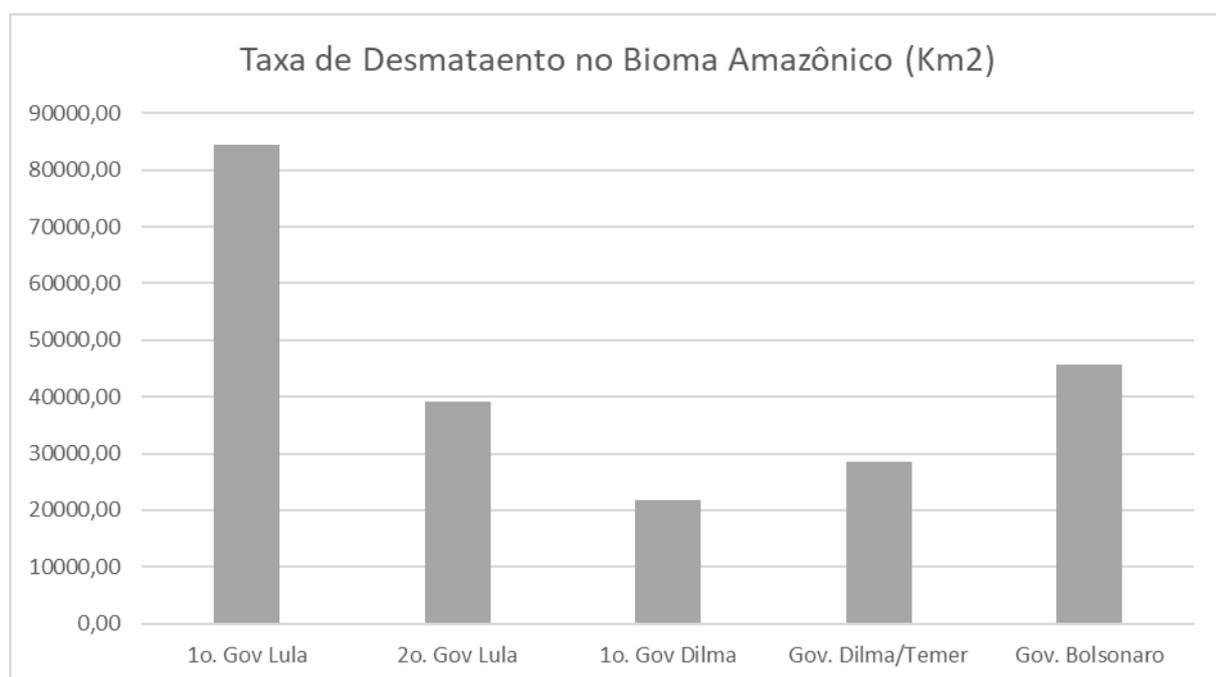


Gráfico 1 - Taxa de Desmatamento do Bioma Amazônico (Km²) entre os anos de 2003 e 2022
Fonte: Elaboração própria a partir de INPE (2022b)

Nesse contexto, o Brasil é um dos centros de preocupação do mundo globalizado em função de abrigar a maior parte da Floresta Amazônica, a maior floresta tropical do mundo (CONTI, 2011). A importância desse bioma é sem precedentes, primeiro porque, após meio século desde o início da sua exploração, ainda surpreende comunidades científicas de todo o mundo com fauna e flora não catalogados. Segundo, por abrigar a maior bacia hidrográfica do mundo, um dos diversos fatores que propiciam e mantém conectados de forma saudável diversos outros ecossistemas. Terceiro, e não menos importante, é uma das maiores reservas de gás carbônico da terra armazenado através de seu extraordinário bioma, graças ao processo de fotossíntese e crescimento de sua vasta flora. Assim, como se vê, pela análise do gráfico 1 abaixo, buscou-se entre os anos de 2003 e 2014 reduzir o impacto do desmatamento nas mudanças climáticas no Brasil (PROST, 2023).

Justamente por isso, o desmatamento ilegal dessa floresta representa um gatilho para o desequilíbrio geral do clima em todo o globo, a começar pelo início do processo de desertificação com a exposição das nascentes e assoreamento dos rios, passando pela poluição causada no processo de industrialização da matéria prima retirada da floresta, e atingindo o seu ponto alto com a queima das áreas florestais visando o aproveitamento da área para cultivo de commodities, lançando diretamente na atmosfera, e de forma quase instantânea, os gases responsáveis pelo agravamento do efeito estufa que foram armazenados num lento processo de milhares de anos.

Há que se ressaltar que o efeito estufa é um fenômeno natural, essencial à vida uma vez que é responsável por manter estável a temperatura da terra, porém, com a intervenção humana as emissões desses gases aumentaram de forma exponencial, num quantitativo que o bioma global não consegue absorver adequadamente. Em função disso, temos um aumento desregulado e crescente da temperatura da terra e dos oceanos, com consequências sobre as correntes marítimas e fenômenos como “*el niño*” que por sua vez possui influência negativa sobre a floresta amazônica uma vez que é responsável pelo aumento de secas e incêndios (FEARNSIDE, 2009; 2019).

Nesse contexto, esse processo de destruição da Floresta Amazônica Brasileira é considerado um dos principais catalisadores de desregulação desses fenômenos (Xavier, 2019). Aqui é importante reconhecer que esse processo nunca se estancou, mas já esteve mais controlado como se verifica na sua redução ao longo dos anos de 2008 e 2009. Porém, os números registrados pelo sistema DETER, do Instituto de Pesquisas Espaciais-INPE

(2022b), divulgados em setembro de 2021, apontam que em agosto de 2021 cerca de 918 km² da Amazônia estavam com alertas de desmatamento, conforme Gráfico 1 acima.

Apesar da queda em comparação com 2020, 32% menor, os alertas estão 42.7% maiores do que em agosto de 2018. Já no Cerrado, o aumento no mês de agosto foi de 132% para o desmatamento e 48,1% de queimadas, passando de 15.000 focos desde 2014. De janeiro a agosto de 2021 os alertas de desmatamento somam 6026 km², praticamente igual ao mesmo período em 2020, onde os alertas somaram 6099 km². Este é o terceiro ano seguido em que o período, de janeiro a agosto, fica acima de 6.000 km², algo que só ocorreu durante o “governo” Bolsonaro conforme se pode verificar na série histórica, também disponível pelo sistema DETER (INPE, 2022b).

Esses dados são resultados de, segundo a comunidade científica, um amplo processo de desregulamentação das políticas ambientais implementadas desde 2018 sob o pretexto de desburocratizar os processos de investimento e desenvolvimento do chamado agronegócio, cuja propaganda nos canais oficiais do governo brasileiro tem exaltado pelos recordes seguidos de safras que seriam responsáveis por alimentar o mundo e enriquecer o país (JANK; NASSAR; TACHINARDI, 2005), apesar da ironia dessa produção se dar dentro de um país assolado pela pobreza e fome crescente, e ser destinada quase que integralmente ao mercado externo (SILVA et al., 2020).

Apesar de veementemente denunciado pela comunidade científica do Brasil e do mundo, esse fenômeno parece contrariar as declarações feitas pelas atuais autoridades brasileiras que parecem se esforçar para apresentar ao mundo uma justificativa plausível aos números alarmantes denunciados. Com vistas a isso, muitas autoridades brasileiras parecem voltar seus olhos à Amazônia, enxergando nela uma jazida de riquezas sem fim a ser explorada sem que se pense nas consequências locais e globais, declarando todos àqueles dispostos a apresentar o erro dessa postura, ou um caminho alternativo, inimigos (FEARNSIDE, 2019).

Ademais, há que se destacar o desaparecimento de comunidades indígenas inteiras que são totalmente dependentes dos recursos disponibilizados pela fauna e flora do complexo bioma amazônico. Assim, o avanço desenfreado e irresponsável da exploração da floresta Amazônica implica, direta ou indiretamente, na expulsão e morte de diversas comunidades e culturas pré-coloniais que ainda sobrevivem ali, algo que parece não sensibilizar as autoridades brasileiras (SILVA, 2017).

DA BIOPOLÍTICA AMBIENTAL À NECROPOLÍTICA NO BRASIL

Entendendo então esse processo de mudança climática previamente explicitado, e devidamente clarificado, começamos a entender e explicitar a relação desse com tanto a Biopolítica quanto a Necropolítica em anos recentes no Brasil. Deste modo, podemos começar com a breve explicação do que são esses conceitos, respectivamente de Foucault (2005) e de Mbembe (2018), sendo que o primeiro autor explica que Biopolítica é a diretriz política de lidar com situações aleatórias que veem a ameaçar a expectativa de vida dos indivíduos de uma certa população, assim como lidar com processos e criar políticas que tendem a favorecer o aumento da expectativa de vida da população em geral (NEGRIS, 2020; TEIXERA; FREITAS, 2021). Neste mesmo contexto Foucault (2015) explica que veem a existir o poder biopolítico, o poder que ele explicita ser de um soberano para fazer viver e deixar morrer, e que tem uma base teórica vinda do racismo, mesmo que não explícita para o povo.

Todavia, ressaltam Wermuth, Marcht e Mello (2020) essa base de racismo é apenas a ideia de divisão de duas raças entre um grupo, e assim, com o poder deixar morrer, negligenciar esse povo para que a sua morte, venha a ocorrer naturalmente ou pela mão de outro, com a ideia de que a morte dessa raça vem a beneficiar a expectativa ou qualidade de vida do resto da população, ademais, esse conceito de morte não é privado a uma ideia de uma morte física, mas também uma morte política ou até social, onde a raça ruim se torna incapaz de tomar decisões políticas ou veem a perder a sua voz. Foucault (2005) vem a exemplificar que o auge da Biopolítica e esse poder de fazer viver e deixar morrer suportado pelo racismo veio a ser o regime nazista, onde o poder veio a ser entregue a própria população e o próprio racismo e antissemitismo eram abertamente parte da população, e um regime que vinha a se matar no conceito de sua “raça pura”.

Nesse contexto, é necessário explicar a teoria de Necropolítica de Mbembe (2018), uma teoria baseada na Biopolítica de Foucault (2005), mas que aborda essa no sistema das antigas colônias, e adiciona conceitos como a escravidão em sua teoria, e lida com o problema que a Biopolítica tem, que é não ser adequada para o uso em países que foram colonizados e são muitas vezes subdesenvolvidos por causa disso. Portanto, a principal mudança de Mbembe para colocar essa em prática é entender o processo histórico das colônias, e entender que essas foram utilizadas apenas para enriquecer as metrópoles, utilizando de uma técnica brutal que seria a escravidão, tal qual era nesse caso, justificada pelo racismo, uma vez que nesses casos eram raros se ter escravos brancos, e que a principal justificativa para permitir o uso da escravidão era de que os negros, indígenas e asiáticos seriam uma raça inferior, e que esses teriam sua força utilizada pela mão do desenvolvimento branco, sendo assim, a base vinda do Darwinismo social, que era

extremamente popular durante os anos da colonização tanto das américas quanto da África e da Ásia (MBEMBE, 2016).

Adentrando mais então no que o conceito de escravidão vem a ser, Mbembe (2001; 2018) vem a descrever esse como mais uma morte do indivíduo, sendo que era também um modo de dar o poder de fazer viver e deixar morrer na mão daqueles que possuíam escravos, esses dois efeitos vindos do fato de o escravo ser tratado não mais como uma pessoa, mas sim como um objeto, e portanto, não tinha nenhuma capacidade de sequer mudar seu destino, ou de participar politicamente da sociedade, e devido a isso, estava sujeito ao que seu dono escolhesse fazer com ele. Mbembe vai além também, e mostra com sua teoria, que apesar de a escravidão ter sido abolida no papel, ainda existem diversas sociedades com diversos casos de trabalho escravo, e nos mostra os efeitos em geral que essas antigas práticas tiveram nas sociedades atuais, principalmente com uma grande diferença de classe social entre essas ditas raças que haviam sido estabelecidas, e como o racismo ainda é existente no sistema político devido a isso (MBEMBE, 2018).

Com esses dois conceitos básicos esclarecidos, principalmente o conceito de Achille Mbembe (2018) de Necropolítica, se torna clara a relação dessa com a situação atual do Brasil, país que foi colonizado por Portugal e foi não apenas um dos maiores importadores de escravos, mas também um dos últimos a banir essa prática, e um país que não teve nenhuma política de reintrodução para os povos que foram libertados desse regime de posse, deixando assim à mercê da sorte o que ocorreria com os seus novos cidadãos.

Assim, é possível se compreender então a relação dessas ações com as ações e efeitos atuais, onde se percebe claro que a população mais pobre e mais negligenciada pelo governo brasileiro é a negra e a de minorias, com os indígenas sendo um alvo particularmente grande quando se fala do aspecto ambiental, uma vez que o governo muitas vezes aparenta ser cego perante a esses povos e seus pedidos de ajuda e demanda de ação contra os atos de desmatamento ilegal ou de exploração de território e ataque contra tanto aqueles que tentam os ajudar quanto aos próprios povos da região amazônica.

DADOS DO DESMATAMENTO E DISCURSO OFICIAL

Ao e buscar a relação com os aspectos analíticos expostos acima, apresenta-se, neste momento, a partir do discurso presidencial, a forma como o governo Bolsonaro relega às populações tradicionais uma política de morte, ao negligenciar suas demandas e pedidos. Além disso, o discurso presidencial vem acompanhado de uma destruição do aparato de defesa dessas populações e do sucateamento do aparelho de proteção ao meio

ambiente. Os discursos oficial, assim, é de que isso é necessário, mostrando uma real aplicação da necropolítica, e são discursos que vem até a mentir sobre a situação, dizendo que está ocorrendo uma diminuição nas atividades ilegais e prejudiciais para o meio ambiente, enquanto se tem diversas notícias mostrando o contrário, como por exemplo o uso de apenas 42% da verba pelo IBAMA para a fiscalização ambiental em anos recentes, uma queda imensa e que não ocorria em governos passados segundo o Observatório do Clima (WERNECK; ANGELO; ARAÚJO, 2022).

Tabela 1 - Dados Mensais de Focos de Incêndio no Bioma Amazônico

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2019	1419	1368	3383*	1702*	854	1880	5318	30900	19925	7855**	11297	3275	89176
2020	1200	1196	1641	789	829	2248	6803	29307	32017	17326	6321	3484	103161
2021	794	864	643	615	1166	2305	4977	28060	16742	11549	5779	1596**	75090
2022	1226	584	490	384	2287	2562	5373	33116	41282	13911	11062	2756	115033

* recorde histórico de focos de incêndio no mês

** focos de incêndio acima da média histórica para o mês

Fonte: Elaboração própria a partir de INPE, 2022.

Assim, corroborada pelos dados apresentados abaixo, se estabelece a visualização do conceito de necropolítica na ação institucional do governo brasileiro entre 2019-2021. Com isso, entende-se que a “biopolítica ambiental”, como sendo esse conceito aplicado a gestão dos regulamentos e instituições que governam o meio ambiente, direcionada estabelecer uma política de morte às comunidades tradicionais mais vulnerabilizadas. Além disso, se vê também a ligação desse discurso a fins puramente econômicos enquanto ignora os efeitos que isso causa na população dependente desse e, os efeitos de longo termo para a população geral, enquanto prega que está fazendo o melhor que consegue e que há uma melhora que pode ser contestada pelos dados colhidos.

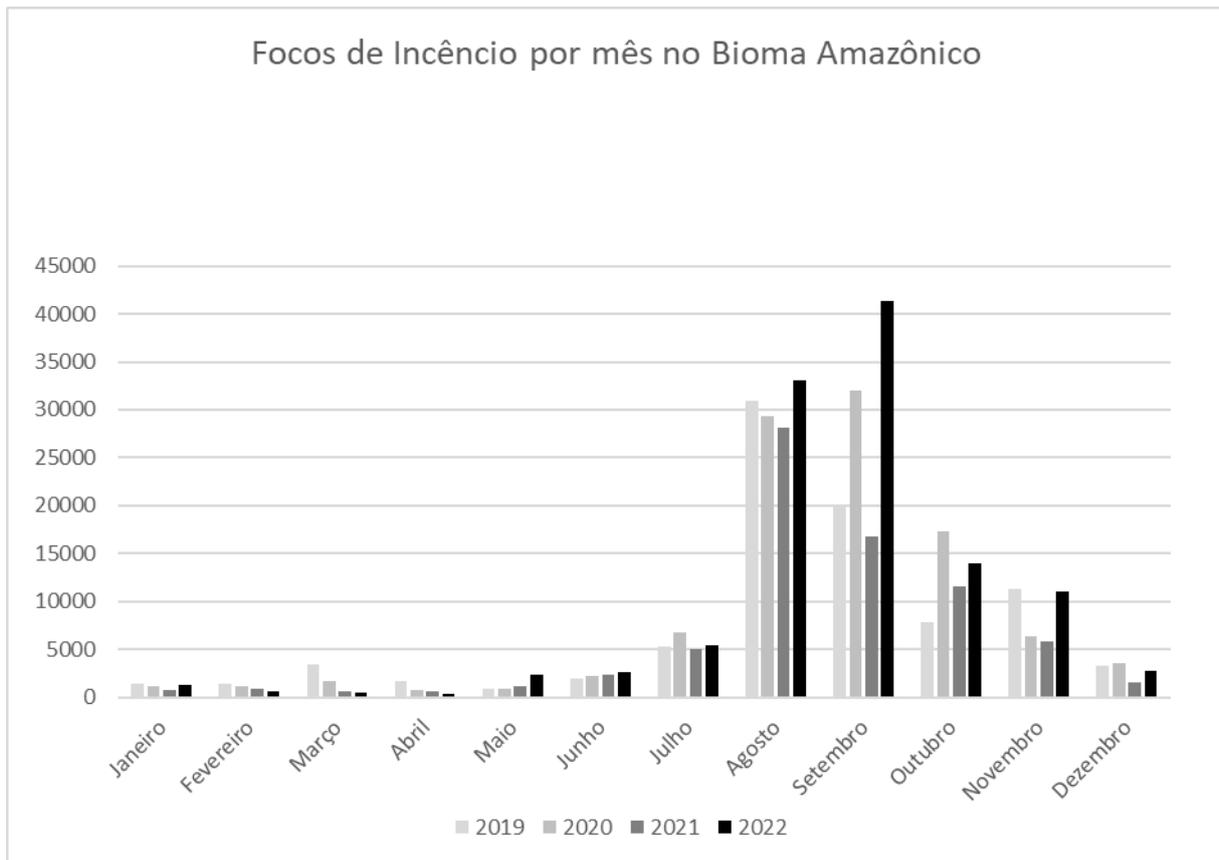


Gráfico 2 - Evolução Mensal dos Focos de Incêndio no Bioma Amazônico entre os anos de 2019-2021

Fonte: Elaboração própria a partir de INPE (2022a)

Nesse contexto, a partir da Tabela 1, pode-se perceber o perfil dos focos de incêndio por mês na região de bioma amazônico com o objetivo de se mostrar claramente os dados a serem comparados com os discursos a serem analisados. Tendo esses dados em mente, vale a pena trazer à tona também os gráficos derivados desses sobre certas quantias, como o Gráfico 2, que mostra essas taxas da tabela quando comparadas lado a lado e com qual se percebe os principais meses de focos e perda de mata nativa como sendo dos meses de Agosto a Outubro, os meses de seca, nos quais se entende que deve haver um maior cuidado para prevenir o que já se sabe que vira a ocorrer se táticas de prevenção forem implementadas, isso sendo, uma imensa quantia de focos de incêndio nas florestas amazônicas.

Desse modo, os quadros abaixo demonstram a correlação entre focos de incêndio no bioma amazônico e os discursos impulsionadores ou validatórios ou mesmo contraditórios do Presidente da República, no que concerne à promoção de uma hiperexploração econômica, um processo neocolonizador da floresta e a criminalização das sociedades tradicionais da região – indígenas, pequenos agricultores e ribeirinhos. Neste sentido, são apresentados os dados do DETER (INPE. 2022a), comparados às falas oficiais da

Presidência da República contidas na Rede Nacional de Rádio (BRASIL, 2022) entre os anos de 2019 a 2022

Ano	Mês	Focos de Incêndios	Discursos Oficiais
2019	Jan.	1.419	Somos o país que mais preserva o meio ambiente. Nenhum outro país do mundo tem tantas florestas como nós. A agricultura se faz presente em apenas 9% do nosso território e cresce graças a sua tecnologia e à competência do produtor rural. Menos de 20% do nosso solo é dedicado à pecuária.
	Abr*.	1.702	também no governo Médici nós passamos de doze para duzentas milhas náuticas o nosso mar territorial, apenas umas das poucas ações do governo daquela época.
	Mai.	854	Por que que a Baía de Angra não pode ser por exemplo a nossa Cancun, por que tem que ter lá uma estação ecológica de nome Tamoios, onde em 29 acidentes geográficos a maioria ilhas num raio de 1km não pode existir qualquer atividade humana
	Jul.	5.318	oitenta por cento de qualquer propriedade é preservada, preservada por quem? Pelo próprio proprietário.
	Ago.	30.900	somos um governo de tolerância zero com a criminalidade e na área ambiental não será diferente, por essa razão oferecemos ajuda a todos os Estados da Amazonia legal (...) mesmo que as queimadas desse ano, não estejam fora da média dos últimos quinze anos (...)
	Set.	19.925	sessenta e um por cento do nosso território é preservado, nossa política é de tolerância zero, para com a criminalidade a incluídos os crimes ambientais
	Out**.	7.855	Temos aumentado e muito a nossa produtividade agrícola, sem aumentar a área cultivável
	Nov.	11.297	O Brasil é exemplo mundial ao conciliar preservação do meio ambiente e produção agropecuária.
	Dez.	3.275	O Brasil é um dos poucos países que pode dizer que pode sim ser um grande "celeiro do mundo". Mas precisa de que? Que não atrapalhe vocês.

** focos de incêndio acima da média histórica para o mês

Fonte: Elaboração própria a partir de INPE (2022a) e BRASIL (2022)

Assim, como se percebe, no ano de 2019 – quadro 1 – em especial nos meses de outubro a dezembro, em que se observa um aumento histórico do desmatamento – conforme se vê no gráfico 2 e na tabela 1 – busca-se contradizer o avanço das queimadas na Amazônia com informações relacionadas à sustentabilidade e estabilidade ambiental do agronegócio. De novembro de 2019, enquanto se vê números gritantes do aumento de perda de área de mata, como futuros gráficos vão mostrar. Tudo isso fomentando ainda a ideia de aumentar a enaltecer a indústria agropecuarista que já se mostra gigante com frases como “Temos aumentado e muito a nossa produtividade agrícola, sem aumentar a área cultivável” em outubro de 2019, mesma data que teve recordes históricos de focos de incêndios mensais.

Quatro 2 - Relação entre Focos de Incêndios no Bioma Amazônico e Discurso da Presidência da República em 2020

Ano	Mês	Focos de Incêndio	Discursos Oficiais
2020	Jan.	1.200	O ministro da energias, um grande passo, depende do parlamento, vamos sofrer pressões dos ambientalistas, esse pessoal do meio ambiente né, se um dia eu puder, eu confio os nós a Amazonia já que eles gostam tanto do meio ambiente, e deixe de atrapalhar os amazonidas aqui de dentro das áreas urbanas
	Fev.	1.196	(...) nós já temos quatorze por cento do território nacional demarcado como território indígena.
	Jun.	2.248	No passado, muitas vezes o homem do campo tinha medo de receber alguém do Ibama ou do ICMBio, esse medo praticamente acabou ele deve receber com respeito e

		ser tratado com respeito também por que em primeiro lugar nós adotamos aquilo que está na lei é advertir e orientar em um segundo momento
Jul.	6.803	expor as ações que temos tomado em favor da proteção da floresta amazônica e do bem-estar das populações indígenas além desses acordos o Brasil está disposto a avançar em outros entendimentos com parceiros mundo afora
Ago.	29.307	A instalação da energia elétrica visa o desenvolvimento social e econômico das comunidades, que são, em sua maioria, ribeirinhas, indígenas e quilombolas.
Set.	32.017	Nós estamos vendo alguns focos de incêndio acontecendo pelo Brasil. Isso acontece ao longo de anos (...) Nós aqui temos a matriz mais limpa energética do mundo. (...) Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente nos mesmos lugares, no entorno leste da floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas. Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação, mantenho minha política de tolerância com o crime ambiental
Out.	17.326	onde convidaremos diplomatas, de outros países para mostrar naquela curta viagem de uma hora e meia que não verão em nossa floresta amazônica nada queimando ou se quer um hectare de selva devastado
Nov.	6.321	No cenário mundial, somos responsáveis por menos de 3% da emissão de carbono, mesmo sendo uma das 10 maiores economias do mundo, por isso também nesse aspecto mais uma tenho orgulho de dizer que o Brasil possui a matriz energética mais limpa dos países integrantes do G20, mantemos um firme compromisso de preservar nosso patrimônio ambiental (...)

* recorde histórico de focos de incêndio no mês

Fonte: Elaboração própria a partir de INPE (2022) e BRASIL (2022)

Percebe-se ainda, no ano de 2020, conforme quadro 2, a existência de um discurso um discurso negacionista sobre a situação de queimadas em geral, como por exemplo com frases como “Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente nos mesmos lugares, no entorno leste da floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas. Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação, mantenho minha política de tolerância com o crime ambiental”, de setembro de 2020, e que clamam também que as queimas são advindas não de falta de combate, mas de ações tribos indígenas e pequenos produtores, enquanto clamam ainda que a floresta não queima por que “é úmida”, além de discursos que gozam dos níveis de preservação como “O Brasil é exemplo mundial ao conciliar preservação do meio ambiente e produção agropecuária.”

Quatro 3 - Relação entre Focos de Incêndios no Bioma Amazônico e Discurso da Presidência da República em 2021

Ano	Mês	Focos de Incêndio	Discursos Oficiais
2021	Fev.	864	O aporte será feito pela margem brasileira da usina ao longo dos próximos cinco anos. A modernização contempla a substituição completa dos principais componentes nas subestações de Foz do Iguaçu, no Paraná e Ibiúna, em São Paulo
	Mar.	643	(...) Nos últimos seis meses por iniciativa de meu governo, houve uma queda de vinte por cento nos alertas de desmatamento em comparação com mesmo período do ano anterior. Conseguimos evitar o desmatamento de área equivalente a mil quilômetros quadrados, nossos esforços estão voltados para dar continuidade a esses resultados nos próximos meses seremos auxiliados nessa tarefa pelo satélite Amazônia 1 lançado no final de fevereiro. (...)
	Abr.	615	o Brasil está na vanguarda do enfrentamento do aquecimento global, ao discutimos mudanças no clima não podemos a causa maior do problema, a queima de combustíveis fósseis ao longo dos últimos dois séculos
	Mai.	1.166	(...) nós temos reservas indígenas que equivalem a duas vezes do Estado do Espírito Santo por exemplo, reserva Yanomami, temos parques também que equivalem a

			alguns países da Europa (...)
	Jun.	2.305	somos o país que mais preserva, não adianta falar que nós queimamos a Amazônia que é uma mentira deslavada, todos nós sabemos que a floresta húmida não pega fogo, agora essa grande campanha contra nós é pelo nosso potencial
	Ago.	28.060	quando se fala extensas áreas que parte dela, preservando aqui oitenta por cento da região amazônica ser preservada, isso é muito bom para todos nós
	Out.	11.549	(...) Retornarei a Roraima mês que vem, quero sobrevoar a região do Vale do Rio Cotingo, confirmar as informações que nós temos sobre o potencial hídrico da região, e vamos ver o que nós podemos fazer nessa região porque está em reserva indígena (...)

Fonte: Elaboração própria a partir de INPE (2022) e BRASIL (2022)

Os dados levantados mostram que há um patente desalinhamento entre o discurso do governo brasileiro durante a gestão 2019-2022 e o que se verifica na prática em relação a preservação do ecossistema amazônico. Diante desse quadro, duas questões são essenciais para que se entenda esse desalinho: para quem os discursos dessa gestão estão direcionados e a quem interessa a – literal – queima da floresta amazônica.

Quanto a primeira questão, basta analisar o conteúdo desses discursos e os momentos em que eles foram proferidos para que se possa concluir que foram usados como resposta às cobranças e pressões internacionais quanto aos dados empíricos que atestavam a aceleração do processo de destruição desse ecossistema tão importante. Já em relação a segunda questão pode bem ser respondida quando indaga-se quem são os favorecidos com a destruição dessas áreas, no caso, aqueles necessitam de maiores espaços de terra para produção de riqueza, ou se preferir, acumulação de capital.

Essa falta de coerência entre o discurso e os dados levantados denotam não apenas o contexto de crise ambiental no Brasil agravado na gestão em análise, mas evidência uma crise quanto a ética desse discurso (GARCIA, 2007) que insiste em negar o que está empiricamente comprovado. O resultado disso é um total descrédito do mesmo e um prognóstico catastrófico ao ecossistema atingido e, conseqüentemente, à preservação do clima visto que o discurso de negação implica na ausência de ação de combate.

Quatro 4 - Relação entre Focos de Incêndios no Bioma Amazônico e Discurso da Presidência da República em 2022

Ano	Mês	Focos de Incêndio	Discursos Oficiais
2022	Jan.	1.226	(...) O homem do campo não me critica, porque sabe a origem do problema, sabe que nós podemos estar explorando potássio na foz do rio Amazonas, no rio Madeira, mas não podemos fazer isso porque está marcado como terra indígena (...) (...) Hoje estamos aqui no nosso Amapá, mostrando duas coisas aos senhores, primeiro aqui, através do nosso Geraldo Melo, presidente aqui do INCRA, passando pra vocês, devolvendo para o Estado um milhão e setecentos mil hectares, a trinta anos esperavam isso, em três nós fizemos, com isso o Estado vai ter uma área enorme para bem administrar, com toda certeza novas habitações, área voltada para o agronegócio, também para agricultura familiar, bem como assentamento de pessoas (...)

Fev.	584	(...) Ninguém tem o que nós temos, ninguém tem reservas minerais como nós temos aqui, ninguém tem biodiversidade, terras agricultáveis, água potável, belezas naturais, um povo maravilhoso, o que falta pra nós sermos uma grande nação, nós somos escravos das nossas escolhas, vamos escolher bem, seja quem for (...)
Mar.	490	(...) Nós aqui no Brasil, como poucos países no mundo tem, temos tudo que nós precisamos para nós e para o mundo, como disse o Paulo Guedes, temos uma tabela periódica, não é no Brasil todo, é por exemplo um pequeno Estado falando em dimensão como Roraima, lá tem tudo, e nós ao assumir o governo, um ano aproximadamente depois de ele começar, apresentamos uma proposta de mineração em terras indígenas, por parte do Ministério das Minas e Energia, isso nada mais é que a regulamentação de dois artigos da constituição, ninguém está inventando nada, artigos um sete meia e dois três um (...) Deixo bem claro, não é apenas em baixo de reservas indígenas, coincidentemente ou não, que existe essas reservas minerais, existe fora das mesmas, mas devemos abrir espaço para cada vez integrar os nossos irmão indígenas a nossa sociedade (...)
Abr.	384	(...) Faltou se apurar no passado a indústria do destrato no Brasil também, temos um projeto do início do ano passado, que nasceu no Ministério das Minas e Energia, o Almirante Bento está repousando na câmara permitindo que essas áreas indígenas se a respectiva etnia se o quiser, se possa explorar o subsolo, bem com o indígena possa também exercer uma atividade lá dentro da sua propriedade semelhante ao que um fazendeiro do lado executiva, ou seja os indigenistas estão cada vez mais conosco também (...)
Mai.	2.287	(...) Quando se fala no campo, além da nossa política externa, nós diminuimos drasticamente a multagem [sic] no campo que no passado era equiparado a uma indústria que só perseguia o trabalhador rural (...) E o Brasil tem uma área que é cobijada por muitos países, que é nossa região amazônica, e para vocês, família brasileira, a arma de fogo é uma defesa da mesma (...)
Jun.	2.562	(...) Coração do Brasil, nossa Amazônia, que é maior que a Europa Ocidental, com riquezas, incalculáveis, biodiversidade, riquezas minerais, água potável, e uma fonte de oxigênio, por vezes nos sentimos ameaçados nossa soberania naquela área, mas o Brasil preserva muito bem o seu território, dois terços do Brasil são preservados, mais de 85% da Amazônia também, a nossa legislação ambiental é bastante rígida, e fazemos o possível para cumpri-la, para o bem do nosso país(...)
Set.	41.282	(...) Em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, o Brasil é parte da solução e referência para o mundo, dois terços de todo território brasileiro permanece com vegetação nativa que se encontra exatamente como estava quando o Brasil foi descoberto em 1500, na Amazônia brasileira a área equivalente a Europa ocidental, mais de oitenta por cento da floresta continua intocada, ao contrário do que é divulgado pela grande mídia nacional e internacional, é fundamental que ao cuidarmos do meio ambiente não esqueçamos das pessoas a região amazônica abriga mais de vinte milhões de habitantes entre eles indígenas e ribeirinhos, cujo a sobrevivência depende de algum aproveitamento econômico da floresta (...)

Fonte: Elaboração própria a partir de INPE (2022) e BRASIL (2022)

Há que se destacar que, no ano de 2022, como se vê no quadro 4, houve um intenso avanço no discurso neocolonizador e extrativista, com vistas ao processo eleitoral de outubro. Isso se destaca, pelo aumento expressivo dos focos de queimada, precisamente no mês de setembro, que reforça a ocorrência da “validação institucional”, do Presidente da República ao processo necropolítico. Este contexto evidencia a necessidade de se discutir a ética nos discursos e debates dos problemas ambientais, começando pelo reconhecimento da problemática enfrentada e, atualmente, já sentida por todo o globo, passando pela definição de objetivos claros sobre enfrentamento e estabelecendo um objetivo que seja coerente com a linha adotada.

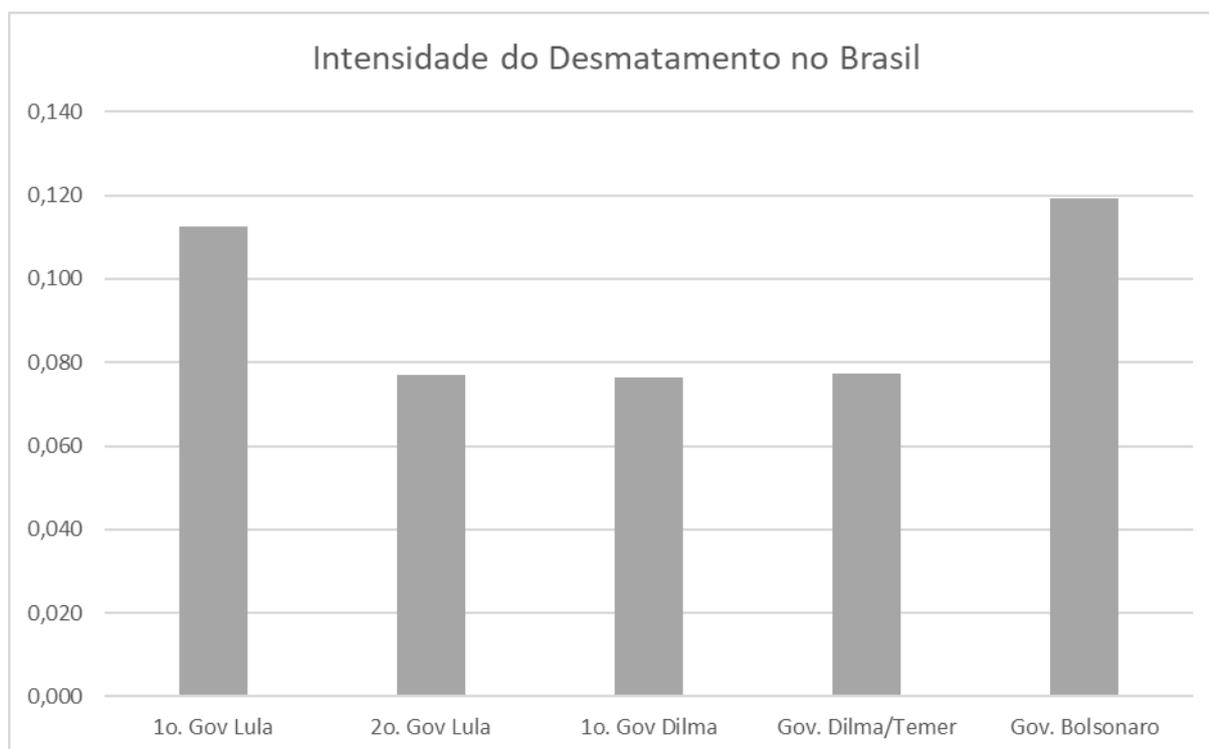


Gráfico 3 - Intensidade do Desmatamento no Brasil: Km² Desmatado por Foco de Incêndio entre 2003 e 2022

Fonte: Elaboração própria a partir de INPE (2022a, 2022b)

Assim, para tal, Giménez e García (2002) consideram fundamental uma redefinição de prioridades éticas, políticas, econômicas e jurídicas, que permitam uma linha contínua e decisória na ordem jurídico-ecológica e uma reelaboração profunda, incluso teórica, da justiça e dos seus esquemas orientadores e operativos. Contudo, enquanto a comunidade internacional corre contra o tempo para que essas discussões e correções aconteçam antes de um ponto de não retorno, a gestão analisada, dada a disparidade dos discursos e dos dados levantados, parece trafegar na contramão do mundo, distanciando cada vez mais a realidade da natureza e da sociedade que representa.

Com esses discursos esclarecidos e a mostra se mostra claro que os dados pesquisados devem vir mais a tona que nunca, sendo que o primeiro deles a ser notado é o de que feitas a colheita de dados de área desmatada nos governos atuais e nos quatro últimos governos se percebe que o governo atual tem um desmatamento de 0.12km² por foco, enquanto o segundo governo do Lula, o primeiro governo da Dilma e o governo Dilma/Temer tiveram um total de 0.8km² por foco, e com o primeiro governo do Lula, tendo 0.11km² por foco, mesmo tendo que lidar com um governo que previamente não fazia manutenção quase que nenhuma nessa fronteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, a partir da análise dos dados contidos neste ensaio, pode-se perceber que, nos anos de 2019 a 2022 o discurso sobre a política ambiental brasileira se converteu em um processo de mascaramento da retomada do desmatamento, tanto em aumento dos focos de incêndio como de área desmatada. Além disso, é evidente nos discursos presidenciais a forte defesa da exploração agrário-industrial frente a criminalização das populações tradicionais, reforçando estereótipos e buscando fazer valer um regime de verdade contrário a anseios ecológicos e de efetiva consolidação de uma biopolítica ambiental, o que pode caracterizar os aspectos de necropolítica apontados por Mbembe (2018)

REFERÊNCIAS

- BECK, U; GIDDENS, A; LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.
- BRASIL. Rede Nacional de Rádio. **Áudios do Presidente da República**. Disponível em: https://redenacionalderadio.com.br/programas/audios-do-presidente-da-republica?b_start:int=840. Acesso em: ago de 2022.
- BRYANT, R. L. Reflecting on political ecology. In: _____. (ed). **The international handbook of political ecology**. Cheltenham: Edward Elgar, 2015. p. 14-26.
- CONTI, J. B. Considerações sobre as mudanças climáticas globais. **Revista Do Departamento De Geografia**, 16, 70-75, 2011.
- DERANI, C. **Direito Ambiental econômico**. São Paulo: Max Limonad, 1997.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental, princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.
- FEARNSIDE, P. M. Aquecimento global na Amazônia: impactos e mitigação. **Acta Amazonica**, v. 39, p. 1003-1011, 2009.
- _____. Retrocessos sob o Presidente Bolsonaro: um desafio à sustentabilidade na Amazônia. **Sustentabilidade International Science Journal**, v. 1, n. 1, p. 38-52, 2019.
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FREITAS, T. M. D. M. de; MOZINE, A. C. S. Ecogovernamentalidade e mudança do clima no Brasil: os discursos oficiais brasileiros e o processo de regulação do clima. In: MAURÍCIO Jr., A.; CUNHA, R. A. V. (Orgs.). **Direito e Regulação**. Curitiba: CRV, 2015. p. 231-266.
- GARCIA, M. G. (2008). **O Lugar do Direito na Protecção do Ambiente**. Lisboa: Centro de Investigação em Direito Público, 2008

GIMÉNEZ; T. V. GARCÍA, G. A. **Justicia ecológica y protección del medio ambiente**. Madri: Trotta Editorial, 2002.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Programa Queimadas**. https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/. Acesso em jan. de 2022a.

_____. **Terra Brasilis: PRODES – Desmatamento**. http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em jan. de 2022b.

JANK, M. S.; NASSAR, A. M.; TACHINARDI, M. H. Agronegócio e comércio exterior brasileiro. **Revista USP**, 0(64), 14, 2005.

MBEMBE, A. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. “As formas Africanas de Auto-Inscrição”. **Revista Estudos afro-asiáticos**. 23(1):171-209, 2001.

NEGRIS, A. Entre Biopolítica e Necropolítica: uma questão de poder. **Ítaca**, 0(36), 79–102, 2020.

ONÇA, D. DE S.; FELICIO, R. A. A Elevação Global das Temperaturas: Tendência ou Artifício? **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental Da Alta Paulista**, 8(8), 2012.

PESSINI, L.; SGANZERLA, A. Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da ONU sobre o clima e meio ambiente. **Revista Iberoamericana de Bioética**, (1), 1-14, 2016.

PROST, C. Forças Armadas, Geopolítica e Amazônia (Paper 156). **Papers do NAEA**, 9 (1), 2023.

SACHS, W.; SANTARIUS, T. **Un futuro justo**. Barcelona: Icaria, 2007.

SILVA, M. L. A.; RAPOSO, I. O.; SILVA, L. E. S. C.; ASSUNÇÃO, J. E. S.; ROLIM, T. M.; SOUZA, A. B. M. DE; FRANCO, F. S. Vulnerabilidade Social, Fome e Pobreza nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil. In. ALMEIDA, F. A. (org) **Políticas Públicas, Educação e Diversidade: Uma Compreensão Científica do Real**. Guarujá: Científica Digital, 2020. 1083–1105.

SILVA, R. H. **Povos indígenas em isolamento voluntário na Amazônia brasileira: o sexto século de genocídios e diásporas indígenas**. .355f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, 2017.

TEIXEIRA, G. É. L.; FREITAS, R. F. Entre Foucault e Mbembe: da biopolítica à necropolítica no século XXI. **Cadernos Cajuína**, 6 (1), 84, 2021.

XAVIER, R. A. Considerações a respeito das mudanças climáticas globais. **Revista Ambientale**, 1 (1), 17–25, 2019.

WERMUTH, M. Â. D.; MARCHT, L. M.; MELLO, L. Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo. **Revista de Direito Da Cidade**, 12 (2), 2020.

WERNECK, F.; ANGELO, C; ARAÚJO, S. A Conta Chegou: O Terceiro ano de Destruição Ambiental sob Jair Bolsonaro. Brasília: Observatório do Clima, 2022

AGRADECIMENTOS

Este trabalho recebeu recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do estado do Espírito Santo.